

outras mazelas sociais. Prossequindo, disse que o jornal do Brasil publicara no dia 09 de agosto de 1991 matéria na qual era observado que os Deputados de primeiro mandato eram os envolvidos em fatos que denegriam a classe política, concluindo a matéria quanto ao que considerava ironicamente como "belíssima" renovação, ou seja havia uma preocupação muito grande com a Câmara de Deputados, mas não com os que iriam postular a eleição, enfatizando ainda que a seleção de candidatos deveria começar no próprio Partido Político, entre outras ponderações quanto a questão. Quanto ao Vereador, disse que o procedimento deveria ser o mesmo, ou seja, com rigorosa seleção de candidatos e investigação sobre os mesmos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais Vereadores para fazerem uso da Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e apreciação Mendicis, aprovada, será assinado para que produza seus efeitos legais.

Acyr
~~Assinatura~~

Cta da Quinta Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991) realizado na Sede do Zangão Esporte Clube no dia 20 de agosto do ano de 1991.

As dezessete horas do dia 20 de agosto do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Acyr Silva da Rocha e com a ocupação da primeira Secretária pelo Vereador Marcos Valério Corroio de Sant'Anna, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam

a chamado nominal as seguintes Vereadores: Odgilton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Noqueira, Dirley Pereira da Silva, Felix da Costa Gomes, Jânio dos Santos Mendes, José Oscar Elias, Josémo Pacheco Filho, Dilando da Silva Pereira, Omar Sampaio do Silva, Valfredo dos Santos Silva, Walmir Rodrigues de Lacerda e Wilmair Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada Ata da quarta Reunião Ordinária do segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Decreto nº 417, do Excmº Senhor Prefeito Municipal, respondendo o requerimento nº 088/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Noqueira dos Santos; Projeto de Lei nº 040/91, de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, assunto: torna obrigatório a apresentação de um programa de prevenção de acidentes do trabalho para obras de construção civil no Município de Cabo Frio; Projeto de Lei nº 047/91, de autoria do Vereador Benildo Notta, assunto: Denomina jornalista Fernando Mangal, a área de praça localizada entre as ruas João Novilino e Narciso Elias Lopes, Bairro Estrela Mater; Projeto de Lei nº 049/91, de autoria do Vereador Dilando da Silva Pereira, assunto: Denomina Mestre Augusto Lopes Trindade a área ora em urbanização localizada no Bairro Passagem; Projeto de Lei nº 050/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Noqueira, assunto: É vedado a alteração de denominação de Logradouros Públicos do Município de Cabo Frio; Requerimento nº 112/91, de autoria do Vereador Wilmair Monteiro, assunto: solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, informações quanto à PROCOF; Requerimento nº 124/91, de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, assunto: solicita ao chefe do serviço de Proteção Ambiental da FEEMA, o vinda de Técnicos do Órgão para uma inspeção no Valão localizado no Refinaria de Sal S/A; Requerimento nº 157/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Noqueira, assunto: solicita ao Gerente Distrital da CEE, a extensão da linha de Banca Tensão e instalação de dois braços de Luz na Travessa Santo Elara - Bairro Passagem; Indicação nº 079/91, de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, assunto: solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal calçamento na Rua Verejino, Bairro Jardim Caçarea;

Indicação nº 097/91, de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, recomendação à Secretaria Municipal de Saúde no sentido de provider a exames laboratoriais a água de Poço consumido pela comunidade do Bairro Jardim Esperança;

Indicação nº 098/91, de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal facilitar a legalização de Benfeitorias nos lotes ocupados pela comunidade carente nos Bairros Jacaré e Boca do Mato, loteamento Maria Jôia Saldanha e Jardim Esperança;

Indicação nº 099/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Soqueira, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal que consolide área de Praça Pública na Estrada dos Passageiros junto ao CRAM;

Requerimento nº 115/91, de autoria do Vereador Valfredo Santa da Silva, assunto: Requer envio de Expediente ao Excmº Senhor Prefeito Municipal solicitando informações quanto a Projetos Elaborados para a PROCAF;

Requerimento nº 113/91, de autoria do Vereador Wilmar Monteiro, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal envio de Balançetes referentes à PROCAF e de responsabilidade da atual Diretoria, para apreciação desta Casa;

Requerimento nº 114/91, de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, informações quanto ao Quadro de servidores da PROCAF.

Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da Tribuna. Como primeiro orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Adailton Pinto de Andrade, abordando requerimento de sua autoria a ser apreciado naquela reunião, solicitando informações a Procaf quanto ao seu quadro funcional, visto que a Empresa Municipal estava contratando indiscriminadamente o que não podia aceitar, e mais que o Presidente não estava atuando de acordo com o que dele se esperava. Quanto a questão da Saúde no Município, criticou o Secretaria Municipal de Saúde, visto que ainda não adotara providências para o extermínio do "bicho de pé" nos Bairros Manoel Correia e Jeró, embora há cerca de um mês tivesse contato com o Sub-Secretário de Saúde e que prometera uma solução para a questão, o que não ocorria. Prossequindo, disse que já gastara cerca de dois milhões de cruzeiros para construir um

mini Posto de Saúde em São Jacinto, na zona rural, e que faltando apenas cento e cinquenta mil cruzeiros para construir uma fachada, exigência da Secretaria de Saúde, recorreu ao Dr. Paulo Massa, e que lamentavelmente estava sendo enrolado pelo Presidente da Procaf, encerrando a seguir sua fala. Como próximo orador, ocupou o tribuna o Vereador Wilmar Monteiro dirigindo inicialmente apelo ao Governo Municipal no sentido de que fosse incorporado ao salário o abono, que segundo se comentava o Executivo pretendia praticar no mês de agosto, como forma de proteger o poder aquisitivo do servidor. Quanto a campanha organizada em um bar da cidade objetivando a não reeleição de Vereadores, disse que quem não tinha capacidade para se eleger, procurava sempre denegrir a imagem de outras pessoas, enfatizando que tal grupo pela maioria dos seus membros não era merecedor de respeito por parte da Câmara, mas, quando tais ações partiam de pessoas com certa credibilidade o Poder Legislativo não podia ficar omisso. Prosseguindo, disse que o Senhor Antônio Gomes, Presidente da ASPM, em conversa no Banerj, na presença de outra pessoa, que o Engenheiro Paulo Massa, teria dito que para a aprovação de suplementação de verbas, alguns Vereadores exigiam dinheiro, entendendo que deveria ser dado um basta em tais assuntos, e, visto a gravidade da afirmação, como medida cautelar convidara o Presidente da ASPM para comparecer à Câmara e expor o assunto, mas infelizmente o dirigente elassisto se negou, argumentando que fatalmente as afirmações do Presidente da Procaf seriam negadas, e que assim sendo, não podia acreditar que o Engenheiro Paulo Massa tivesse tal atitude irresponsável. Adiante, disse que já se comentava que o pagamento do funcionalismo, não iria receber o mês de agosto porque a Câmara não aprovava a suplementação de verbas, aduzindo, que inexistia na Casa Mensagem do Executivo disposta sobre o assunto. Ainda sobre a suplementação de verbas, disse que se fosse sobre retenção de arrecadação, a Câmara não poderia aprovar e que mais uma vez os boatos seriam uma constante, sempre procurando atingir a idoneidade dos Vereadores, quando era muito fácil suspeitas serem levantadas sobre a honra das pessoas. Sobre a Procaf disse ser uma

petulância Projeto da Empresa transformando parte da Avenida Azevedo em área de pedestres, sem sequer discutir a questão com profissionais do assunto e até mesmo com as entidades representativas da comunidade. Prosseguindo, disse que o primeiro laminação de asfalto que fosse descarregado para obras na Avenida Azevedo, enxada rio de sua parte, entrar com ação na justiça. Falou a seguir de envelope remetido pelo Procaj, pensando inicialmente serem os balancetes da Empresa, mas no entanto, eram jornais divulgando obras e que tiveram o destino que mereciam. Ainda sobre a Procaj, disse que a Empresa não tinha razão de ser, mas existindo, deveria a Empresa atender as exigências legais, tais como a publicação dos seus balancetes. Adiante, dirigindo-se aos moradores do Bairro Jardim Esperança, disse que as obras prometidas para diversas ruas, não eram realizadas por culpa do Engenheiro Paulo Massa apesar de suas promessas, enfatizando que em tal episódio sua imagem fora usado em Jardim Esperança o que não admira, pois sequer o presidente da Procaj dava uma satisfação pelo não início das obras em Jardim Esperança onde estivera pessoalmente com o Dire Paulo Massa anunciando as realizações. Disse não aceitar que a Procaj realizasse calçamento em diversas ruas do Município deixando de recuperar um sem número de vias totalmente destruídas e que era uma vergonha para qualquer administração, da mesma forma como não aceitava a elaboração de projetos mirabolantes e que não iriam ser colocados em prática, mas que oneravam os cofres do Município. Prosseguindo, disse que suas críticas não tinham a intenção de promover um rompimento com o Dire Paulo Massa, pois estava sempre pronto ao diálogo e mais, que não tinha a pretensão de ser dono da verdade, encerrando a seguir sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, abordando a realização do 2º Encontro de Prefeitos e Vereadores, a ser realizado a partir do dia 21 de agosto em Guarapari, dizendo da importância do evento até mesmo por ter participado do primeiro. Prosseguindo, disse ter recebido convite da Câmara Municipal de Guarapari, para proferir palestra no Encontro, sobre Turismo

e reabertura de Cassinos no Brasil, o que considerava uma grande honra. Falou também de sua participação em Congresso realizado em Brasília no mês de março passado, quando tivera a oportunidade de compartilhar a Deputado Sandra Cavaleanti, que embora seu valor intelectual, desconhecia a realidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, motivo de sua intervenção corrigindo os dados do parlamentar fluminense, que não aceitava suas ponderações e até mesmo tentando criar um elefante, mas que não polemizara com a Deputada até por ser uma indelicadeza. Adiante, disse ter tomado conhecimento através do jornal O Globo, de matéria em que a Deputada Sandra Cavaleanti mais uma vez enfatizava os aspectos do Congresso de Brasília, elogiando o Município de Cabo Frio com relação a informações do IBGE, que eram distorcidas, face a recebimento de "royalties" e outros repasses de verbas, o que evidente era negativo, mas sobrimaneira, pedia satisfeito pelo Deputado colocar em destaque suas afirmativas no Congresso de Brasília, e a seguir encerrou sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Jânio dos Santos Mendes, abordando inicialmente o golpe ocorrido na Rússia, dizendo registrado o seu mais veemente protesto pelo que considerava mais uma agressão das forças reacionárias contra a democracia, esperando que prevalecesse o respeito de liberdade no presente tão vivo no povo brasileiro. Prossequindo, adiante, disse que não aceitava as críticas dirigidas a Casa, mas entendia que uma atitude mais concreta deveria ser adotada, lembrando que ao invés de requerimento dirigidos a Procat, deveria ser o seu Presidente convocado para que fosse sabatinado na Câmara, e que assim sendo, muitas dúvidas seriam dirimidas, e até mesmo as acusações de que os Vereadores exigiam dinheiro para que as verbas fossem suplementadas. Falou a seguir, sobre o Projeto de Lei nº 9191, dispondo sobre licitação de investidura, dirigindo apelo ao Presidente no sentido de que o Projeto fosse imediatamente colocado em pauta, uma vez que o prazo da Comissão de Justiça já havia expirado, na medida em que havia comentários mal-dados quanto a tentativa de negociações quanto ao tal Projeto, sendo mais do que nunca ser preservada a imagem do Poder.

legislativo, que como sempre era torpedeado por aqueles insanos e inconsequentes que no afã de conseguirem uma cadeira no caso não mediam seus esforços e infâmias. Prossequindo, disse que na próxima Reunião iria formular um ofício de convocação do Engenheiro Paulo Massa, avocando para tal o apoio dos seus Pares. Dando continuidade ao seu discurso, lamentou que embora seguidas Reuniões, ainda não estivesse em pauta o Projeto criando o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente, instrumento de vital importância para o atual estágio da sociedade brasileira, quando os diversos assuntos se aprofundavam e a questão da criança e do adolescente tinha de imediato ser equacionada, encerrando a seguir sua fala. Como próximo orador inscrito, ocupou a Tribuna o Vereador Carlos Roberto Joazeiro dos Santos, abordando inicialmente assunto que havia tido com um assessor da Procap, quando o mesmo, havia dito que o Presidente da Empresa se queixava por não realizar obras porque a Câmara Municipal, havia retido muitos milhões de cruzeiros, tendo de imediato refutado as afirmações do referido assessor, pois de forma alguma tal fato ocorria no Legislativo, na medida em que inexistia na Câmara pedido para suplementação de verbas. Adiante, manifestou solidariedade ao Vereador Jônio dos Santos Mendes, considerando excelente a idéia de convocar o Presidente da Procap para que o mesmo prestasse esclarecimentos à Câmara entendendo que se havia corruptos na casa, havia também o corruptor e assim, todos deviam ser mostrados a opinião pública. A seguir, falou de sua preocupação quanto ao propalado Projeto do lixo do Lago Salinas Ruínas, disse ter sido informado que a Feema já remetia para o Executivo Municipal o RIMA (relatório de impacto ambiental) e que tal documento deveria ser de conhecimento público até mesmo exposto na Biblioteca Pública, com acesso a qualquer cidadão, aduzindo que o RIMA não trazia conclusões quanto a realização ou não do Projeto, o que deveria ocorrer em prazo de quatro meses. Abordou a seguir, uma estrada que fora aberta a altura do Foguete, na Praia do Forte, em flagrante agressão ao meio ambiente, solicitando providências ao Poder Público, visto

que o aterro oriundo da abertura da via, fora colocado ali mesmo no praia praticamente na linha d'água. Falou também, da retirada de óleo na Praia do Forte, ocorrido no mês de junho, enfatizando que o serviço fora mal conduzido e que as áreas ainda mostravam grandes manchas do produto, reiterando providências a Administração Municipal. Encerrando, solicitou a Administração Municipal, a imediata construção de Praça em Porto do Carro, motivo até de promessa do Prefeito quando em campanha eleitoral, visto que a área em restrição corria o risco de ser invadido, e assim, a comunidade estaria privado de equipamento tão importante para o seu lazer. Como último orador inscrito, ocupou o tribuna o Vereador Rogério Silveira da Rocha, abordando inicialmente a questão de Mensagens oriundas do Executivo, afirmando que a Presidência era obrigada a distribuir cópias para os Senhores Vereadores, tão logo recebesse os textos, enfatizando que a Presidência não tinha em seu Gabinete Mensagem do Poder Executivo solicitando abertura de crédito suplementar, e que assim sendo, parecia de fundamento afirmativa de Assessor do Senhor Paulo Massa de que a Casa estaria retendo dinheiro do Executivo, e assim impossibilitando a Praça de realizar obras. Prossequindo, disse que na realidade o Poder Executivo devia à Câmara há cerca de quatro meses, guardado na gaveta da Senhora Alda Mondack, expediente de seis milhões de cruzeiros e que não eram repassados à Casa. Sobre dinúvias de que a Câmara estaria negociando a volação de crédito suplementar, disse que mais uma vez queria destacar a incompetência de diversos setores da Municipalidade, que querendo dissimular o despreparo para a Administração Pública, tentavam jogar lama na Câmara que estava cumprindo o seu papel com dignidade e eficiência, observando que a Lei Orgânica do Município fora elaborado sem que o Poder Legislativo cabriente aceitasse pressões ou coações, que sempre foram repelidas. Adiante, disse que se existiam indícios de corrupção deviam ter sua origem nos órgãos que haviam elaborado o Plano Diretor do Município que mostrando total insensibilidade elevavam o gabarito do Bairro Caiçara para vinte e quatro metros, propiciam

do a construção de dez andares, em áreas onde nem existiam galerias de captação de águas pluviais. Disse, lhe parecer que quem devia estar sobre suspeitas eram os responsáveis por órgãos governamentais, e não os Vereadores, visto que o texto do Plano Diretor era a continuação do estropo imobiliário em Lago Frio, Município que não tinha mais estrutura para crescer dentro dos desígnios do construtor civil, setor que recebia a proteção dos órgãos governamentais. Prossequindo disse que a análise do Plano Diretor pela Câmara Municipal, por certo a construção civil seria devidamente ordenado em respeito ao povo do Município de Lago Frio, encerrando assim a sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Neste etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça os Projetos de leis nº 40/91, 47/91, 49/91 e 50/91. Aprovados os Requerimentos nº 112/91, 113/91, 114/91, 115/91, 124/91 e 157/91. Aprovadas as Indicações nº 099/91, 097/91, 098/91 e 099/91. Terminada a Ordem do dia, e não havendo mais matérias a serem discutidas, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para Explicação Pessoal, fez uso da palavra o Vereador Orlando da Silva Ferraz, abordando inicialmente críticas que haviam sido dirigidas a sua pessoa naquela reunião, durante o encaminhamento de matéria, tendo como fundamento a sua atuação como funcionário do SINS. Adiante, disse que no desempenho de suas funções no SINS sempre procurara atender com humanidade o segurado, principalmente no setor de Perícia Médica, ao longo de nove anos, ou seja, antes de ser eleito Vereador. Disse, que antes de ser contratado para o serviço público sempre assistia os segurados terem um tratamento deprimente, enfatizando que felizmente o quadro pode reverter. Adiante, disse que pelo tratamento dispensado aos segurados do SINS, pessoas igualmente carentes, por merecedor de votos e assim se eleger Vereador, mas que continuava sendo o funcionário respeitado e diligente como antes, pois o mandato não subia o sua cabeça, atendendo as pessoas humildes do mesmo jeito. Prossequindo, disse que a lei lhe facultava o direito de trabalhar no SINS e exercer o mandato de Vereador, observando que se tal não fosse possível não assumi-

-ria o seu mandato que embora com subsídios elevados, preferiria con-
tinuar no seu trabalho na Previdência. Disse, que não fora convidado
ao poder para participar de corrupçãoes, disse não se prevalecer do
mandato para fazer compras que eram pagas pela Câmara Muni-
cipal, como também não havia colocado o seu carro em oficina
as costas do Poder Público, e ainda, que não mandara fazer quadros
e colocar em seu Gabinete também pagos pela Câmara. Disse
que se orgulhava por trabalhar no serviço Público, e que também
não participava de palestras como membro da Mesa Diretora
e que assim sendo, antes das críticas serem colocadas, o ho-
mem público deveria saber o que tinha pelas costas, e que na
semana posterior iria mostrar as notas fiscais e fazer documenta-
ção provando as palestras ocorridas na Câmara, o que enseja-
ria também uma ação popular visando moralizar o Poder Le-
gislativo, encerrando a seguir sua fala. A seguir, ocupou o Tribuna
em Explicação Pessoal, o Verador José Oscar Farias, abordando inicial-
mente os Requirimentos aprovados quanto a informações sobre a
SECAS, embora a honradez do Engenheiro Paulo Masse, mas cumprindo
ao Poder Legislativo exercer suas prerrogativas como fiscal do povo. Quer-
to a CPI para apurar possíveis irregularidades no SECAS, disse que
como um dos mentores da entidade fizera questão de subscrever o do-
cumento inicial, lembrando que recentemente uma pessoa sem quali-
ficação para tal, assinara artigo em jornal da cidade acusando os
dirigentes da instituição sem qualquer fundamento e que futuramente
teria mais argumentos quanto ao fato. Prossequindo, disse que sem
sombra de dúvida a CPI iria provar de maneira clara a liberdade
pessoas responsáveis pela gestão dos negócios da SECAS, encerrando
a seguir sua fala. Não havendo mais Veradores para fazerem uso da
Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de
Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois
de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, sua assinada para que
produza seus efeitos legais.

